



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DES. TENÓRIO DOS SANTOS

4ª Câmara Cível

Embargos no Agravo nos Embargos na Apelação nº 313194-8

Agravante: TELEMAR NORTE LESTE S/A

Agravado: KILMA MARIA DE VASCONCELOS ROCHA

Des. Relator: Tenório dos Santos

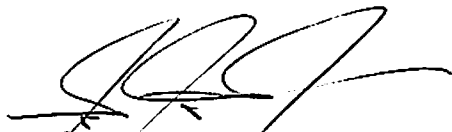
EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. INVIABILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS À UNÂNIME. Os embargos de declaração têm por finalidade a eliminação de obscuridade, contradição ou omissão, não sendo meio hábil para reexame da causa. O órgão julgador não está obrigado a dissecar todos os argumentos que são levantados, devendo tão somente se ater aos fatos que são capazes de formar o seu convencimento. Mesmo quando tenham em mira apenas o prequestionamento, é necessário que exista omissão sobre ponto fundamental para viabilizar os embargos de declaração.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, acordam os Desembargadores integrantes da 4ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos rejeitar os embargos de declaração, na forma

dos votos, notas taquigráficas e demais peças que integram os presentes embargos.

Recife, 29 de 5^o de 2014.



Tenório dos Santos

Des. Relator

26^x
H



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DES. TENÓRIO DOS SANTOS.

4ª Câmara Cível

Embargos no Agravo nos Embargos na Apelação nº 313194-8

Agravante: TELEMAR NORTE LESTE S/A

Agravado: KILMA MARIA DE VASCONCELOS ROCHA

Des. Relator: Tenório dos Santos

RELATÓRIO E VOTO:

Trata a hipótese de embargos de declaração interpostos contra suposta omissão contida na decisão terminativa proferido no recurso de apelação cível manejado pelo Embargante, confirmada pelo acórdão pronunciado no agravo legal, tão somente para efeito de prequestionamento das normas constitucionais.

Bem a propósito, o acórdão embargado foi assim ementado:

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO LEGAL. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. LINHA TELEFÔNICA. COBRANÇA DE VALOR INDEVIDO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DEVOLUÇÃO EM DOBRO. DANOS MORAIS CARACTERIZADO. VALOR DA INDENIZAÇÃO FIXADO EM OBEDIÊNCIA AO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO MANTIDA INDISCREPANTEMENTE. AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

268
A

269
M

Assim, pede que o Tribunal se pronuncie expressamente acerca das normas suscitadas no curso desta demanda, sob pena de restarem maculados os arts. 4º, III, art. 14, § 3º, II, art. 46, da Lei 8.078/90; arts. 113 e 422 do Código Civil/02; Resolução nº 316/2002 e a 477/2007 da ANATEL; art. 21, art. 293 e art. 460 do CPC; art. 8º, art. 9º, art. 43, art. 69, art. 93, I, III e IX e art. 103 da Lei Federal 9.472/97 e art. 5º, LIV, LV e LXXVIII, art. 21, IX, art. 105, III, alíneas "a" e "c" e art. 175, parágrafo único III da CF/88, além dos demais dispositivos mencionados no presente recurso.

No que interessa, é o relatório.

Não há a apontada omissão, pois, mesmo para fins de prequestionamento, é necessário que os embargos estejam circunscritos aos preceptivos constantes no art. 535 do CPC.

Da leitura do acórdão, resulta claro que o Tribunal julgou a lide segundo os dispositivos que entende como aplicáveis ao caso, referindo-se a questões jurídicas essenciais ao julgamento.

O voto do Relator, seguido pelos demais membros da 4ª Câmara Cível, diferente do entendimento do embargante, implicitamente, referiu-se aos dispositivos e normas suscitadas pela embargante.

Em verdade, com os presentes embargos, pretende a recorrente a rediscussão de temas efetivamente apreciados na apelação cível, o que é inviável no bojo do recurso vertente.

Destarte, o acórdão vergastado não deixou margens a omissões, contradições ou obscuridades.

Por outro lado, a simples arguição do Embargante, de que não haveria exame acerca dos indigitados dispositivos, não pode ser interpretada como omissão, até mesmo porque o órgão judicial não está obrigado a dissecar todas as questões que são levantadas, devendo tão somente se ater aos fatos e questões de direito que são capazes de formar o convencimento do julgador.

Nesta oportunidade, me valho para citar excerto jurisprudencial da lavra do eminente Ministro José Delgado, do STJ, que bem retrata o tema em discussão. Disse ele que **"o não acatamento das argumentações deduzidas no recurso, não implica em omissão, posto que,**

270
N

ao julgador, cumpre apreciar o tema de acordo com o que reputar atinente à lide. (...) Destarte, não está o obrigado o Magistrado a julgar a questão posta ao seu exame de acordo com o pleiteado pelas partes, mas sim com o seu livre convencimento (art. 131 do CPC), utilizando-se dos fatos, provas, jurisprudência, aspectos pertinentes ao tema e da legislação que entender aplicável ao caso concreto¹".

Por outro ângulo de visada, é de se ver que o Superior Tribunal de Justiça admite com bastante flexibilidade o prequestionamento implícito, de molde a que a parte tenha acesso àquela instância excepcional. Eis a seguir os precedentes que indicam a orientação predominante daquela Excelsa Corte, cujo trecho de ementas, no que importa ao tema ora debatido, passo a transcrever:

"A inexistência do prequestionamento explícito ou numerário, ao contrário do alegado pelo Recorrente, não prejudica o exame do recurso especial, uma vez que a jurisprudência desta Corte admite o prequestionamento implícito". (REsp 696440 / RS, Min. Laurita Vaz, 5ª Turma, DJ 06.08.2007)

"A inexistência, no e. Tribunal de origem, do prequestionamento explícito dos artigos elencados como violados no recurso especial não prejudica o exame da questão, sendo suficiente para o seu conhecimento que a matéria objeto de irresignação tenha sido discutida. Precedentes". (AgRg no REsp 714082/RS, 5ª Turma, Rel. Min. FELIX FISCHER, DJ de 12/12/2005)

Desse modo, ausentes os pressupostos do art. 535 do CPC, conheço, porém rejeito os presentes aclaratórios.

É como voto.

Recife, 29 de 5 de 2014.


Tenório dos Santos

Des. Relator

¹ Agravo Regimental no Recurso Especial nº 14.8825/PE, Primeira Turma, julgado em 17.03.1998, votação unânime.